



## **TEORIA QUEER: CONTRA A POLÍTICA DA BINARIDADE NO ENSINO DE LÍNGUA**

Maria da Luz Olegário

*Universidade Federal de Campina Grande-UFCCG; daluzprof@gmail.com*

**RESUMO:** No espaço de ensino universitário, as relações de poder são prementes, seja no que confere aos papéis estabelecidos entre docentes e discentes, ou na escolha curricular definida por apenas uma parcela dessa comunidade. É nesse sentido que, neste trabalho, objetiva-se problematizar os conceitos de gênero, sexo e sexualidade como mote para se chegar ao ensino de Línguas Queer, ou seja, desconstruir um currículo que se pauta, tanto quanto as relações sociais e humanas, em paradigmas binários. Esta pesquisa se utiliza de pesquisa bibliográfica a partir de autores/as como Foucault (1998), Louro (2004), Butler (2003), Junqueira(2009), entre outros/as. Pode-se verificar que, se a seleção de discursos é selecionada, controlada e/ou silenciada, preciso se fazer investigar que discursos são forçados nas aulas de língua para discutir as questões relacionadas a sexo, gênero e sexualidade.

**Palavras-chave:** Educação. Teoria Queer, Gênero, Sexo, Sexualidade.

### **INTRODUÇÃO**

O espaço escolar, tanto quanto a sociedade, engessada por uma cultura falocêntrica, cujo poder concentra-se no polo masculino (BOURDIEU, 2003), fabrica comportamentos e subjetividades (JUNQUEIRA, 2009). Assim, a prática pedagógica demarca lugares binários: vigia os limites entre o masculino/feminino e heterossexual/homossexual (JUNQUEIRA, 2012; LOURO, 2004). Seja no espaço escolar, nos discursos contidos no livro didático ou no currículo, (re)produzem os estereótipos de gênero e sexuais, entendidos como negação do feminino e, conseqüentemente, rejeição da homossexualidade (BORRILLO, 2009; JUNQUEIRA, 2009). Nesse sentido, se a linguagem (re)produz preconceitos e discriminações, as aulas de língua se constituem como espaço privilegiado para

problematizar questões de sexo, gênero e sexualidade, uma vez que nela identidades e significados são negociados nas interações discursivas nas quais os sujeitos se engajam (MOITA LOPES, 2002).

Butler (2003) faz relação entre gênero e identidade e afirma que, nesse caso, a linguagem não é apenas um meio ou instrumento externo no qual se configura um “eu” e onde se percebe um reflexo desse eu. Para esta autora, as condições que possibilitam a afirmação do “eu” vem “pela estrutura de significação, pelas normas que regulam a invocação legítima ou ilegítima desse pronome, pelas práticas que estabelecem os termos de inteligibilidade pelos quais ele pode circular” (BUTLER, 2003, p. 207). A qualificação da identidade substantiva (o “eu” deixa de ser pronome e passa a ser substantivo) é uma tarefa rara, pois há uma prática significante que busca ocultar



seu próprio funcionamento e naturalizar seus efeitos. Complementando essa discussão, a Teoria *Queer*, ao propor uma nova forma de pensar discursivamente as diferenças, principalmente as que dizem respeito às identidades sexuais e de gênero, questiona os binarismos que fundamentam a sociedade ocidental.

Isto posto, o objetivo deste artigo, a partir de pesquisa bibliográfica, é problematizar os conceitos de gênero, sexo e sexualidade e discutir como os construtos da Teoria *Queer* podem embasar o ensino de línguas.

## **1 Sexo, gênero e sexualidade**

O termo “sexo” reporta-se à constituição dos corpos, à conformação particular que distingue o macho da fêmea atribuindo-lhes um papel determinado na geração, conferindo-lhe características morfológicas distintas, processos fisiológicos diversos e composição hormonal específica, que constituem a condição natural para a reprodução. Esta noção surge das ciências naturais, numa perspectiva dogmática e positivista, em cujo contexto, o sexo é uma condição anterior à cultura, com um caráter imutável e que se expressa pela manifestação de uma única forma de desejo: o desejo pelo sexo oposto. Este dado constitui o marco

inicial de um processo de investimento cultural em que se procura no sujeito a orientação sexual que a sua configuração anatômica predestina, em um processo evolutivo linear, com fins precisos, sem ambiguidades ou contestações. Os objetos sexuais são aprioristicamente determinados em função da diferenciação anatômica natural.

Uma vez situado na cultura, o sujeito sexuado inicia-se na expressão de suas potencialidades, aí incluída a sexual, onde as disposições biológicas passam a interagir com os marcadores culturais, as influências sociais, as escolhas pessoais conscientes, as motivações inconscientes e com a inefabilidade do desejo, em uma confluência não-linear na qual o trajeto determinado é possível de sofrer mudanças que os mecanismos de controle social não conseguem reprimir. Natureza, cultura, predisposição, volição e inconsciente, imbricados, imprimem no indivíduo o sentimento de pertença a seu sexo ou de desconstrução dessa pertença, de estranheza para com os marcadores sexuais prefixados e para com os papéis que lhes correspondem.

Atualmente, mais do que buscar justificações causais dessa estranheza e curvar-se às classificações imobilistas determinadas pela ciência e sedimentadas pelo radicalismo cultural, a atenção se volta



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

para a condição humana e para o alargamento da compreensão de que a sexualidade pode se expressar tanto em direção ao sexo oposto confirmando a binaridade heterossexual, quanto em direção ao mesmo sexo, ou a ambos os sexos, ou em direções ambíguas e não definidas, sem claras delimitações, mas cambiadas, articuladas e confundidas ao longo da vida dos indivíduos. Neste sentido, o “gênero” não é apenas a construção social do masculino e do feminino a partir das diferenças percebidas em relação ao sexo, mas também do indefinido que carregamos conosco, e que pode aflorar, com maior ou menor intensidade, desestabilizando classificações sociais tidas como imutáveis, representando a transgressão aos padrões estabelecidos como indiscutíveis. Confirma-se, portanto, a formulação de Scott (1990) de que o gênero é uma condição muito mais problemática do que resolvida.

Como conjunto dos fenômenos que resultam da existência do sexo, a “sexualidade” tem suas raízes na sociedade e sobre ela produz seus efeitos; é, ao mesmo tempo, processo e produto histórico:

[...] não é uma simples determinação regional, funcional, mas uma característica peculiar da essência do homem (sic) que remonta a suas origens mais primevas, psicofísicas, uma característica especial que ajuda a conformar, cada

vez de uma forma especial, todas as dimensões definíveis do ser humano, e é também conformada por cada uma delas. A sexualidade não é algo que uma pessoa possua ao lado de outras coisas, mas uma forma de ser fundamental em todas as coisas, e, portanto algo sem o que seus demais atos e relações existenciais não podem ser concebidos e realizados (RANQUE-HEINEMANN, 1999, p.55-56).

Para além de um sistema biológico e de marcadores culturais que determinam os papéis de gênero, a sexualidade é uma elaboração social que opera dentro dos campos do poder, podendo ser continuamente interrogada, reelaborada, desenvolvida e revelada em estilos de vida bastante variados.

Enquanto fenômeno genérico subjacente à vida, a sexualidade é universal. Mas em que se pese a biologia como base constitutiva da pessoa, a sexualidade encerra um conteúdo móvel como expressão não apenas de necessidade física e reprodutiva, mas de lazer, afeto, recreação, autorrealização, catarse, transcendência. Como ponto de conexão primário entre o corpo, a auto-identidade e a sociedade (GIDDENS, 1993), a sexualidade está implicada nos sistemas simbólicos, indissociada da condição existencial em seus nexos com as relações de poder vigentes na sociedade, revelando-se socialmente em



performances diversificadas, distanciando-se cada vez mais do binarismo heterossexual compulsório que lhe fora impingido pela igreja e pela ciência.

## **2 *Queer*: contra a política da binaridade**

Se as certezas do paradigma binário são hoje refutadas pela fragilidade de seus cânones, se os conceitos reportados acima são móveis, plásticos, processuais e itinerantes, se as formas de explorar a potencialidade erótica e sexual são múltiplas, onde se encontra a evidência da identidade sexual, ancorada, outrora, no sexo biológico demarcador do feminino e do masculino como divisão maior do social?

O desafio hoje é entender: quem são eles/elas, que vêm quebrar a tão antiga polarização, esta identidade estabelecida e tão cara, cujo custo não se pode avaliar? Quem são eles/elas? Que pronome se deve utilizar para nomeá-los (as), ancorá-los (as) em um universo ambíguo que já é tão familiar e cotidiano?

Acerca disso, afirma Parker (2011, p.135):

[...] categorias tão diversas como 'homossexualidade', 'prostituição', e mesmo 'masculinidade' e 'feminilidade' podem estar completamente ausentes ou, no mínimo, estruturadas muito

diferentemente, em muitas sociedades e culturas - embora uma quantidade qualquer de outras categorias importantes possa muito bem estar presentes e deixar de se conformar ou de se ajustar precisamente aos sistemas classificatórios da ciência ocidental.

Enquanto categoria, a identidade está em aberto, politicamente volátil, alimentando-se da instabilidade e incertezas do contexto pós-moderno. Esta abertura, não significa, porém, um abandono desta categoria, mas a condição de uma identidade itinerante, em aberto, representativa de minorias que deixam de se conformar ao sistema de uma heterossexualidade definida naturalmente. Afirma Butler (2003, p.45): "A tarefa é 'formular' dentro das estruturas de poder 'uma crítica às categorias de identidade que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e imobilizam."

Segundo Gamson (2006), o termo *queer* é oriundo do campo da militância e da teorização norte-americana, britânica e australiana sobre sexualidades, para designar a desconstrução dos processos rígidos de categorização sexual. Também foi decisiva a série de conferências acadêmicas ancoradas em autores pós-estruturalistas como Foucault e Derrida que discutem a desconstrução da hegemonia do sujeito heterossexual oriundo de uma visão patriarcal, dando status de



discurso às vozes anteriormente reprimidas ou silenciadas. *Queer* expressa uma subversão à teoria sexual e as normatizações jurídicas e considerações médicas sobre a sexualidade, engendradas desde a antiguidade, mais fortalecidas no projeto iluminista.

Usado como expressão afirmativa da estranheza, da discordância e do não enquadramento aos padrões hetero e homossexuais, o termo designa o excêntrico que não deseja ser integrado às normatizações vigentes, que postula a idéia de não-definição; que está entre lugares, que não deseja se enquadrar. O *queer* desmonta a noção de um eu definido por algo que supostamente se encontraria na essência humana, seja, este algo o desejo sexual, a classe, a raça, o gênero ou a nação. Assim entendido, o termo *queer* é um marcador da instabilidade, da volatilidade e da intotalização da identidade.

Em contestação aos modelos de sexo-gênero predeterminados, são aspectos centrais da Teoria *Queer*: um conceito de sexualidade que vê poder sexual incorporado em diferentes níveis da vida social, e cuja expressão discursiva substitui as divisões binárias pelas identidades fronteiriças; uma problematização das categorias sexo, gênero e identidades em geral, distanciando-se das “seguranças” em favor da mobilidade; uma aproximação à política da desconstrução, da descentralização e a negação de identidades

classificatórias atribuídas aos sujeitos por imposição; uma aproximação/inserção em áreas que geralmente não se restringem ao terreno da sexualidade, incluindo outras áreas do conhecimento e outros espaços humanos, a exemplo da educação, das salas de aula.

Ao problematizarem o gênero e a sexualidade, as pessoas *queer* não se colocam, aqui, como um novo ideal de sujeito. Não pretendem instaurar novo projeto a ser perseguido. Não tentam produzir nova referência. Nada seria mais anti-pós-moderno. (LOURO, 2004, p.22)

E o que essas pessoas pretendem? Segundo a autora, a preocupação está na visibilidade e materialidade desses sujeitos, que parece significativa por evidenciar o caráter inventado, cultural e instável de todas as identidades e por sugerir concreta e simbolicamente possibilidades de proliferação e multiplicação das expressões do gênero e da sexualidade. Neste sentido, está posta, atualmente, a questão da identidade manifesta por muitos autores como “em estado de crise”.



### **3 Performatividade e a (de) desconstrução discursiva da identidade**

A noção de crise de identidade não se estabelece no vazio, nem é uma questão apenas intrapsíquica: está fortemente relacionada ao contexto de crise de paradigmas, colapso do bem-estar social que gera a insegurança, esvaziamento das instituições democráticas, mobilidade das elites globais, instabilidade nas funções profissionais, pertencimento simultâneo a uma pluralidade de comunidades com princípios e prioridades diversas, a virtualidade e liquidez do mundo moderno:

As 'identidades' flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas. Há uma ampla probabilidade de desentendimento, e o resultado da negociação permanece eternamente pendente (BAUMAN, 2005, p.19).

Tem-se, assim, uma condição ambivalente, onde não se tem a certeza 'de estar totalmente em casa', mas entre lugares. Neste sentido, a linguagem como sistema de significação e de expressão da condição humana, dá sentido à identidade e à diferença. O discurso da heterossexualidade produz uma

assimetria representada pelos bens materiais e simbólicos da sociedade. Isto porque a discussão linguística e discursiva de identidade/diferença é sempre uma relação social e, conseqüentemente, sujeita a uma relação de poder.

Para naturalizar os corpos é preciso normatizar o sexo. Isso se dá através da performatividade, que é o poder reiterativo do discurso. Para Butler (2003, p.154-156):

[...] a performatividade deve ser compreendida não como um ato singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como a prática reiterativa e situacional pela qual o discurso produz os discursos que ele nomeia. [...] as normas regulatórias do 'sexo' trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual.

Os discursos possibilitam certas identificações sexuadas, assim como impedem ou negam outras identificações. Continua a autora: "os atores estão sempre dentro dos mesmos termos da performance"(BUTLER, 2003, p. 167), o que significa que a 'verdade interna' do gênero não passa de um ato performativo inscrito na superfície do corpo.



Já quando nasce, a criança carrega no corpo o seu sexo, instaura-se uma determinação, governa-se a sexualidade e o gênero do recém-nascido. Quando este é nomeado como menino ou menina, inaugura-se ali uma invocação performativa, instaurando uma decisão social sobre o corpo, como também todo um processo que irá definir sua identidade como feminina ou masculina.

É através da sexualidade que o discurso ganha mais força na cultura moderna, submissa ao controle da norma e produzida pelos discursos de verdade (Foucault, 1988). De forma lúdica, ao se confundir performatividade e práticas discursivas, o termo *queer* ganha vontade de verdade:

A expressão, repetida como xingamento ao longo dos anos, constitui-se num enunciado performativo, que fez e que faz existir aqueles e aquelas a quem nomeia. Performativamente institui a posição marginalizada e execrada. No entanto, virando a mesa e revertendo o jogo, alguns assumiram o *queer*, orgulhosa e afirmativamente, buscando marcar uma posição que, paradoxalmente, não se pretende fixar. Talvez fosse melhor dizer buscando uma disposição, um jeito de estar e de ser. Mais do que uma nova posição de sujeito ou lugar social estabelecido, *queer*

indica um movimento, uma inclinação. Supõe a não-acomodação, admite a ambigüidade, o não-lugar, o trânsito, o estar-entre. Portanto, mais do que uma identidade, *queer* sinaliza uma disposição ou um modo de ser e de viver (LOURO, 2011, p.45).

Em sendo assim, *queer* passa a incorporar as múltiplas sexualidades desviantes que não estavam representadas em expressões como gays, lésbicas e homossexuais. Sabe-se hoje que os discursos *gay* e lésbico não compreendem mais uma demanda crescente das sexualidades e gêneros que propõe diferentes discursos até então silenciados

A subversão da qual falam os/as estudiosos/as *queer* não consiste numa espécie de contra-conhecimento facilmente identificável, a exemplo dos próprios estudos *gays* e lésbicos, como propõem muitos movimentos sociais. Ao contrário, estes/as estudiosas/os veem a subversão como expressão de um comportamento que não se quer explicar ou pensar, mas se constrói na plasticidade das relações humanas sem enquadramentos nos estereótipos predominantes.

#### **4 A Educação x Teoria Queer**

Enquanto instituição historicamente voltada à produção de condutas estereotipadas



e, em consequência, à rejeição de condutas idiossincráticas, a escola brasileira se encontra hoje na contramão das pretensões *queer*. Ao perpetuar padrões culturais que reforçam a fixidez de uma identidade branca, heterossexual, católica e submissa, exclui a diferença, a indefinição, a contestação e a itinerância postuladas no âmbito dos estudos e das políticas *queer*.

Evitando transitar no terreno movediço dos postulados pós-modernos, a escola se esquivava das “aventuras” que possam desestabilizar as certezas pré-vistas em seus cânones curriculares. Talhados/as no contexto de uma pedagogia do alheamento de si mesmos/as e da neutralização de sua subjetividade, da negação do que em seu âmago é aporético, duvidoso, *queer*, os educadores/as resistem à adoção de uma pedagogia-problematizadora, fundada no exercício da dúvida, no autoquestionamento, no risco, na paixão, na contestação, subtraindo do processo educativo uma rica dimensão da condição humana, com implicações negativas frente às demandas do mundo pós-moderno, onde as certezas escapam, os modelos mostram-se inúteis e as fórmulas, inoperantes.

No contexto de uma educação pautada em um pensamento antissexual, e cujo marcador de depreciação de qualidade recai fortemente na má formação do educador, seria

viável articular a teoria *queer* ao campo da educação. Louro (2004), ao analisar esta questão, afirma sua viabilidade não como mero transplante de conceitos e proposições, mas mediada por rearranjos, transfigurações e “liberdades” visando sua adequação às marcas próprias da nossa cultura.

A autora pontua como condições que possibilitam às pessoas tal articulação: a trajetória do movimento homossexual no Brasil; a abertura da mídia à produção de espaços e produtos culturais voltados para o público *gay*; a aceitação crescente da pluralidade sexual em alguns setores sociais, a evolução da pesquisa e o incremento da produção acadêmica na área da sexualidade, com respaldo na teoria de Michel Foucault e nos autores pós-estruturalistas; a politização crescente das “minorias” étnicas, de gênero e sexuais, com repercussões no âmbito social e jurídico. Estes eventos ensejam processos que extrapolam a mera visibilidade e pluralidade das posições de gênero e sexualidade, e mostram claramente que novas fronteiras vêm sendo atravessadas e que muitos sujeitos vivem literalmente entrelugares.

A Teoria *Queer* encontra sentido na volatilidade do mundo contemporâneo e “permite pensar a ambiguidade, a multiplicidade, a fluidez das identidades sexuais e de gênero, mas, além disso, também sugere novas formas de pensar a cultura, o





conhecimento, o poder e a educação.” (LOURO, 2004, p.47). Dado que a Teoria *Queer* subverte, provoca e perturba as formas convencionais de pensar e se conhecer, uma pedagogia e um currículo a ela articulados

teriam de ser, portanto, tal como ela, subversivos e provocadores. Teriam de fazer mais do que incluir temas ou conteúdos queer; ou mais do que se preocupar em construir um ensino para sujeitos queer... Antes de pretender ter a resposta apaziguadora ou a solução que encerra os conflitos, quer discutir (e dismantelar) a lógica que construiu esse regime, a lógica que justifica a dissimulação, que mantém e fixa as posições de legitimidade e ilegitimidade (LOURO, 2004, p.51-52).

O grande desafio colocado à educação é a reeducação dos educadores/as reacionários/as à substituição de suas antigas certezas pelas atuais discontinuidades e despreparados/as para acolher as novas performances da condição humana.

Podemos, a partir do exposto, confirmar grandes contribuições da Teoria *Queer* no campo da relação de gênero, sexualidade e identidades como processo de construção de múltiplas subjetividades. Torna-se importante a teorização acerca das identidades marginais, de como se produz essa marginalização. É a partir daí que são

denunciados os efeitos de exclusão, de hierarquia, classificação e dominação que sustentam (vam) o discurso das identidades ‘outras’ negadas pela norma.

Para a Teoria *Queer*, é fundamental abrir fronteiras para outras formas, sentidos e percepções de como se podem compreender os gêneros, os corpos e as sexualidades. É no campo da educação, mais especificamente, no ensino de línguas, dada a relação entre linguagem, poder e produção de sentidos que esta discussão pode se tornar mais necessária e profícua.

## **5 Por um ensino de línguas queer**

O ensino de língua centra-se tradição que advém de certa compreensão de linguagem como sistema abstrato e dissociado da vida social. É preciso abalar essa noção, entender que a língua é tópico para reflexão e não um conjunto de regras anteriores aos desejos que se investe no modo como se quer parecer às outras pessoas ao se engajarem em práticas de linguagem. Sendo a língua vista desse modo, é preciso aumentar a percepção para o quão violentas podem ser as maneiras de falar / escrever / interpretar, seja em que língua for. As práticas de linguagem ratificam ou impedem formas de vida, e questões como: ‘seria possível falar disso de outra forma?’, ou: ‘que sofrimentos são aumentados com



essa prática de linguagem?’ podem ajudar a levantar importantes reflexões acerca do potencial performativo da linguagem – ou seja, da sua característica de não descrever, mas produzir aquilo de que fala.

Dessa forma, contemporaneamente, o processo de ensino e aprendizagem de línguas deve estar circunscrita a aspectos socioculturais. Afirma Harding (2013, p. 32): “[...] a linguagem considerada como discurso ou prática social constitui as identidades sociais, inclusive as identidades de gênero.”

Assim, nas práticas discursivas, os sujeitos fabricam sua identidade e a dos outros, destacando o caráter intersubjetivo do discurso. Ademais, nas interações sociais, mediadas pela linguagem, os sujeitos atribuem significado ao mundo e às suas experiências, sendo capazes de ressignificar identidades. Como a linguagem não é neutra, em toda prática discursivas identidades são privilegiadas e outras são silenciadas. Butler (2003), por sua vez, afirma que a linguagem é falocêntrica e, (re)produz desigualdades e preconceitos em relação aos sujeitos que subvertem as normas de gênero e sexualidade.

As discriminações circulam na escola por meio de discursos presentes em toda prática pedagógica, desde o currículo até as crenças dos/as professores/as acerca da homossexualidade, ressalta Junqueira (2012). Assim, a escola torna-se um lugar de opressão

onde discriminações são consentidas e, de certa forma, incentivadas. Historicamente, a educação sempre foi um instrumento de disciplinamento e regulação, que visava à produção de sujeitos de acordo com um padrão preestabelecido pela ideologia dominante. Então, os sujeitos que subvertem tal sequência são considerados abjetos, sendo este o caso dos homossexuais (JUNQUEIRA, 2009). O abjeto é, precisamente, aquele que não é considerado sujeito, pois rompe com o ideal da sexualidade dita normal. Destarte, a educação busca produzir sujeitos ideais, isto é, masculinos, heterossexuais e avessos a qualquer traço de feminilidade. Dessa forma, a escola, através de práticas linguísticas instaura uma pedagogia do insulto e do armário. A pedagogia do insulto caracteriza-se por expressões pejorativas, piadas, brincadeiras e outras formas de agressão verbal contra os sujeitos homossexuais, constituindo "poderosos mecanismos de silenciamento e de dominação simbólica" (JUNQUEIRA, 2009, p. 18). Essa pedagogia permite que os estudantes aprendam a ser hostis com os sujeitos sexualmente fora da norma sem nem mesmo compreender porque o fazem.

Outra forma de exclusão daqueles que não se conformam com o padrão heterossexual encontra-se "na concepção de currículo, nos conteúdos heterocêntricos, nas



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

relações pedagógicas normalizadoras" (JUNQUEIRA, 2012, p. 283), instaurando, assim, uma pedagogia do armário. Segundo Sedgwick (2011, p. 19), o armário é "um dispositivo de regulação da vida de gays e lésbicas", tornando invisíveis aqueles que não seguem o modelo da heterossexualidade. O currículo é, conforme Silva (2003), um "documento de identidade", o que significa que ele constrói identidades por meio dos conhecimentos considerados relevantes na formação dos sujeitos. De fato, na medida em que o currículo é sexuado, generificado e heterossexualizado, ele (re)produz uma lógica hierárquica e heteronormativa a fim de garantir a manutenção da matriz heterossexual (JUNQUEIRA, 2012). Louro (2004). Além de pensar a pluralidade das identidades sexuais e de gênero, a Teoria *Queer* "sugere novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder, a linguagem e a educação" (LOURO, 2004, p. 47). Nesse sentido, um currículo *queer* romperia com a visão do conhecimento assentado na oposição heterossexualidade/homossexualidade, acabando por instituir um currículo que estivesse centrado em como as identidades são fabricadas e, por conseguinte, que as diferenças são construídas no interior do regime de poder/saber. Da mesma forma que o currículo, o livro didático também dissemina preconceitos contra os sujeitos

homossexuais (LEONÇO & DINIZ, 2009). O livro didático, quando faz referência à sexualidade, o faz de uma perspectiva biologizante, enfatizando o coito heterossexual com vistas à reprodução. Assim, outras expressões da sexualidade são completamente ignoradas, o que contribui na invisibilidade da homossexualidade. Ademais, devido a crenças e convicções, os professores se calam frente à violência homofóbica, colaborando ativamente na reprodução de tal violência. Como a docência não é uma atividade neutra, a noção de que a homossexualidade é um desvio, doença e, portanto, anormal perpassa toda a prática pedagógica dos docentes. Um ensino de línguas, que se propusesse a problematizar as noções de gênero, sexo e sexualidade, deve focar a interrelação entre linguagem, poder e sentido. Nessa perspectiva, problematizar a linguagem constitui uma ferramenta que permite aos/as alunos/as "emanciparem-se ao desenvolver alternativas para as convenções dominantes" (SILVA, 2003, p. 23), empoderando-os/as a fim de que possam questionar os significados construídos. Assim, os/as alunos/as seriam capazes de identificar nos textos quais identidades são privilegiadas em detrimento de outras e de compreender como os contextos de circulação, produção e recepção influenciam a construção do significado. Além disso, estes/as



conseguiriam determinar a quais interesses o discurso serve e como a escolha das estruturas léxico-gramaticais podem corroborar com o significado que se pretende construir. Em outras palavras, se a seleção de discursos, como diz Foucault (1998a), é selecionada, controlada e/ou silenciada, preciso se fazer investigar que discursos são forjados nas aulas de língua para discutir as questões relacionadas a sexo, gênero e sexualidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concebendo a educação como um ato performativo, ou seja, capaz de promover mudanças sociais, a problematização da sexualidade na escola permitiria a superação da discriminação dos sujeitos que não se adéquam à normatização.

A homofobia, discriminação que, muitas vezes, se traduz em violência física, moral e psicológica, perpassa todo o ambiente

escolar e encontra respaldo na prática pedagógica. O processo de ensino/aprendizagem de línguas centra-se no uso da linguagem a fim de construir significados. Possuindo uma natureza social e intersubjetiva, o discurso produz e mantém desigualdades de todo tipo, o que acaba por marginalizar os sujeitos homossexuais. Assim, na aula de línguas, é possível desconstruir e problematizar as diferenças, desnaturalizando e desestabilizando as normas sexuais vigentes. O ensino de línguas, pois, deve preocupar-se com a formação de cidadãos críticos e reflexivos a fim de que possam perceber como o significado é determinado por relações hierárquicas de dominação, que são sustentadas pelo regime de poder/saber. O/a professor/a tem um papel fundamental nesse processo, pois ele/ela precisa repensar sua prática, buscando, assim, superar crenças preconceituosas e adotar uma postura mais crítica e reflexiva.

## REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BORRILLO, D. Homofobia. In: LEONÇO, T.; DINIZ, D. (Orgs.). **Homofobia e educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: Letras Livres, 2009.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Tradução Maria T. da C. Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, v.1, 1988.



\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura F. A. Sampaio. Campinas: Loyola, 1998a.

GAMSON, Joshua. As sexualidades, a teoria *queer* e a pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. **O planejamento da pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2006, cap. 12, p.345-362.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade:** sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. Tradução Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1993.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, 2013, n. 10, p. 7-32.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Diversidade sexual na educação:** problematizações da homofobia nas escolas. Brasília: MEC/UNESCO, 2009.

\_\_\_\_\_. Pedagogia do armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar. In: MISKOLCI, R. e PELÚCIO, L. (Orgs.). **Discursos fora da ordem:** sexualidade, saberes e direitos. São Paulo: Annablume, 2012.

LEONÇO, T.; DINIZ, D. Qual a diversidade sexual dos livros didáticos brasileiros. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). **Homofobia e educação:** um desafio ao silêncio. Brasília: Letras Livres, 2009.

LOURO, G.L. (org). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

\_\_\_\_\_. **Um corpo estranho:** ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MOITA LOPES, L. P. da. **Identidades fragmentadas:** a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

PARKER, R. Cultura, economia política e construção social da sexualidade. In: LOURO, G. L. **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

RANKE-HEINEMANN, U. **Eunucos pelo reino de Deus:** mulheres, sexualidade e a Igreja Católica. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, n. 28, p. 19-54, jan.-jun.2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/03.pdf>>.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade.** Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 1990, v. 16, n. 2, jul/dez.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

WEEKS, J. O corpo e a Sexualidade. *In*: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Tradução Tomaz T. da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 35-82.

